

1 ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
2 CEMA - CONSELHO ESTADUAL DE MEIO
3 AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 06 DE
4 AGOSTO DE 2013, PRESIDIDA PELO SR.
5 LUIZ EDUARDO CHEIDA - SECRETÁRIO
6 ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E
7 SECRETARIADA PELO SR. JOÃO BATISTA
8 CAMPOS - SECRETÁRIO EXECUTIVO, NO
9 LACTEC - AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR
10 FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.

11 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Srs. e Sras.
12 Conselheiras, boa tarde. Solicitamos que tomem assento para darmos início a 87ª
13 Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

14 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
15 Cheida):- Boa tarde a todos os Conselheiros, quero cumprimentar e desejar a
16 todos uma boa reunião.

17 Antes de mais nada, antes de começarmos a nossa pauta, gostaria de
18 apresentar os novos Conselheiros do nosso Conselho. São quatro, não sei se
19 todos estão presentes, gostaria que se apresentassem. Em primeiro lugar,
20 representando a SEED - Secretaria de Estado de Educação, Sra. Luciane
21 Cardiano Liotti em substituição à Sra. Rossana Ferrari Schaffer - acho que a
22 Luciane não está presente. O segundo novo Conselheiro Marcos Aurélio
23 Reinaldim das Secretarias Municipais, representando os Secretários Municipais,
24 em substituição ao Fabiano Luiz Andreassa - está presente? Marcos, seja bem-

25 vindo e um bom trabalho. O novo Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves,
26 representando o CEDEA - também não está presente. Conselheiro Giácomo
27 Clausi, representando o GARI, seja bem-vindo também.

28 Então, são os quatro novos Conselheiros: Luciane, Marcos, Cláudio e
29 Giácomo, a quem damos as boas-vindas e agradecemos também aos
30 Conselheiros que deixam a sua função, que são substituídos neste momento.

31 Peço ao João Batista que faça a verificação de quórum.

32 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- Sr. Presidente,
33 temos vinte e três Conselheiros presentes e o quórum completamente atingido.
34 Recebi um telefonema agora da Conselheira Ana Cláudia Bento Graff, da PGE,
35 que não pode estar presente por motivos de saúde, justificando sua ausência.

36 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
37 Cheida):- Temos quórum, portanto, justificada a ausência da Da. Ana Cláudia
38 Graff.

39 Passamos para a inscrição da Tribuna Livre. Os interessados que se
40 manifestem com o Secretário Executivo. (Pausa).

41 Em discussão e aprovação a Ata da 20ª Reunião Extraordinária do
42 Conselho. Passo a palavra ao Secretário para fazer a discussão e aprovação da
43 Ata.

44 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (SEMA):- A Ata está no
45 quadro e foi encaminhada a todos, se alguém tiver alguma manifestação, alguma
46 questão a ser levantada, a ser corrigida, que se manifeste, por favor. (Pausa).

47 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
48 Cheida):- Não havendo manifestação, esta Presidência coloca em votação a Ata
49 da 20ª Reunião Extraordinária. Os Conselheiros que aprovam permaneçam como
50 estão. (Pausa). APROVADA por unanimidade.

51 Pois não, tem a palavra o Adriano.

52 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sentimos, na semana
53 passada, a necessidade premente de uma pequena alteração no Regimento
54 Interno. Desde a sua elaboração, em 2001, a Câmara Temática de Assuntos
55 Jurídicos nunca foi instituída na verdade. Então, gostaria de sugerir a criação de
56 um grupo para estudar uma alteração no Regimento Interno para a composição
57 dessa Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Por quê? O Regimento Interno diz
58 que as instituições podem participar em no máximo duas Câmaras Temáticas, e
59 nós temos quatro. Então, a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos nunca
60 efetivamente funcionou, porque tem essa restrição no Artigo 21, Parágrafo 1º, do
61 Regimento Interno. Assim, sugiro um grupo de trabalho para estudar uma
62 modificação do Regimento Interno para que efetivamente esta Câmara Temática
63 de Assuntos Jurídicos realmente funcione. Na última reunião da Câmara
64 Temática de Controle e Qualidade Ambiental sentimos a falta da Câmara
65 Temática de Assuntos Jurídicos. Ela foi notada, e até um dos Conselheiros do
66 COPATI, o Sr. Marcelo, fez essa referência. Coloco isso para que possa ser
67 considerado pela plenária.

68 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
69 Cheida):- Vamos considerar a sua sugestão. Coloco como o terceiro item da

70 pauta, antes da Tribuna Livre, para darmos oportunidade de outros poderem se
71 manifestar a esse respeito. Tudo bem? É possível? (Concordância). Então, um
72 pedido de inclusão na pauta, uma sugestão de criação de um grupo para discutir
73 os aspectos regimentais, em especial da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos,
74 para discutir essas alterações regimentais.

75 Antes de darmos início a Ordem do Dia propriamente dita, esta
76 Presidência gostaria de fazer uma solicitação a todos os Conselheiros. Estamos
77 programados com a nossa reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia
78 13 de agosto, para discutirmos a descentralização do licenciamento ambiental.

79 Esta Presidência gostaria de fazer uma sugestão ao Conselho para que
80 mudássemos essa data para a outra terça-feira, para o dia 20 de agosto. Uma
81 questão de agenda vai nos impossibilitar, alguns Conselheiros e esta Presidência
82 inclusive, em desempenhar isso e gostaria de contar com a compreensão de todos
83 os Conselheiros. É um atraso que ninguém gostaria, aliás gostaria de pedir até um
84 adiantamento para esta discussão, mas um atraso de mais uma semana e faríamos
85 no mesmo horário, no mesmo local, já consultado o Lactec pela Secretaria, está
86 disponível o recinto, para que façamos a reunião no dia 20 de agosto. É possível?
87 Alguém contrário? Podemos encaminhar dessa forma? (Concordância).

88 Então, pediria ao João Batista que informasse, além de todos que aqui já
89 estão verbalmente cientes, que informasse por escrito essa solicitação de
90 mudança de agenda para uma semana após a data marcada.

91 Ordem do Dia: Apresentação da Política de Resíduos Sólidos no Estado do
92 Paraná. Quero convidar a Engenheira Carla, do Instituto das Águas, para que faça

93 a apresentação. Após a apresentação, vamos abrir a palavra para dúvidas e
94 esclarecimentos.

95 É preciso fazer um registro a todos que esta apresentação da Política de
96 Resíduos Sólidos não será objeto de votação no Conselho. Foram feitas várias
97 discussões, senão me falha a memória por oito vezes em todo o Estado, com
98 várias oportunidades, e o Secretário anterior a mim, o Dr. Jonel, fez de forma
99 deliberada, colocou esta discussão no Conselho, o que acho que foi uma assertiva
100 muito boa porque dá a todos os Conselheiros a oportunidade de conhecer esta
101 política ou pelo menos o projeto a ser encaminhado ao Governador, para ser
102 mandado à Assembléia Legislativa, mas dá a oportunidade também de que
103 possamos colaborar, contribuir.

104 Isso foi feito durante esse périplo no Estado do Paraná, e hoje, ao ser
105 apresentado pela Engenheira Carla, também está facultado a qualquer
106 Conselheiro, representando a sua instituição ou entidade, de também encaminhar
107 sugestões. Não significa necessariamente que essas sugestões serão acolhidas,
108 mas está facultado a cada um dos Conselheiros fazer a sua contribuição mais uma
109 vez antes de mandarmos ao Chefe do Executivo para ser enviado à Assembleia
110 Legislativa.

111 Com a palavra a Engenheira Carla.

112 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Boa tarde. Primeiro gostaria de
113 informar que não vamos ler item por item em função do tempo. A minuta está
114 disponível no site do CEMA e o que nós fizemos foi um resumo do mais
115 importante que ela contempla.

116 Então, a minuta deste projeto de lei foi elaborada tendo como base o texto
117 da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Temos
118 hoje vigente no nosso Estado a Lei Estadual nº 12.493/99 que estabelece
119 princípios, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento,
120 armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos
121 sólidos no Paraná, regulamentada pelo Decreto 6674/02. Ela não institui uma
122 política, ela estabelecia princípios, normas e diretrizes.

123 Com este novo projeto de lei a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e
124 Recursos Hídricos tem a intenção de alinhar a Política Estadual de Resíduos
125 Sólidos às atuais diretrizes da política nacional, dispendo sobre seus princípios,
126 objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas a gestão
127 integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

128 Desta forma entendemos que estaremos incluindo, de forma destacada, em
129 nossa política estadual: responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos
130 produtos, envolvendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes,
131 o poder público e os consumidores; na gestão e gerenciamento de resíduos
132 sólidos, a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização,
133 reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente
134 adequada dos rejeitos; obrigatoriedade da elaboração de planos de gestão
135 integrada de resíduos sólidos que podem ser municipais, intermunicipais,
136 microrregionais, regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, visando à
137 gestão adequada dos resíduos sólidos gerados em nosso Estado; implementação
138 da logística reversa, definida por um conjunto de ações, procedimentos e meios

139 destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor
140 empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos,
141 ou outra destinação final ambientalmente adequada; implantação da coleta
142 seletiva pelas administrações municipais, priorizando a participação de
143 cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais
144 recicláveis; educação ambiental como parte integrante da política estadual,
145 objetivando o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos
146 comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento
147 ambientalmente adequado dos resíduos sólidos; instituição do Sistema Estadual
148 de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos com o objetivo de orientar
149 as ações e os recursos a serem implementados; Instrumentos Econômicos,
150 instituição do poder público de medidas indutoras e linhas de financiamento para
151 atender prioritariamente estruturas de sistemas de coleta seletiva e de logística
152 reversa, infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou
153 associações de catadores de materiais recicláveis, desenvolvimento de pesquisas
154 voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos, entre outros; e,
155 por final, as condições de acesso aos recursos serão priorizadas os consórcios
156 públicos desde que atendida a Lei nº 11.105/05.

157 Histórico. A Política Estadual de Resíduos Sólidos foi construída através
158 de um processo participativo de diálogo e engajamento entre poder público,
159 setores produtivos e sociedade civil em todo Estado do Paraná, através de oito
160 encontros regionais e um encontro com o Ministério Público do trabalho e o
161 Instituto Lixo e Cidadania.

162 Todas as contribuições foram analisadas pelo grupo da SEMA,
163 coordenado pela Coordenadoria de Resíduos Sólidos, e o que entendemos que
164 deveria constar na lei foi colocado e o que entendemos que não seria pertinente
165 obviamente não foi colocado.

166 Em 2012 fizemos quatro encontros no mês de junho: Mallet, Ponta
167 Grossa, Curitiba e Maringá; e no mês de julho em Campo Mourão, Francisco
168 Beltrão e Santo Antônio da Platina. Hoje o nosso objetivo é informar o
169 andamento da Política Estadual de Resíduos Sólidos e esclarecer dúvidas.
170 Estamos à disposição para tal.

171 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
172 Cheida):- A palavra está aberta para os Conselheiros. Com a palavra, Conselheiro
173 Adriano.

174 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Duas perguntas. A
175 primeira delas é se este projeto de lei já passou por aquela nova comissão
176 instituída, confesso que não sei o nome dela, mas uma comissão que agregou
177 todas as iniciativas de resíduos sólidos. Segundo, se o Movimento Nacional de
178 Catadores de Material Reciclável - lá está escrito lixo e cidadania, mas sou mais
179 específico no caso do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável -
180 também participou nessas discussões preliminares.

181 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Esta comissão que o senhor
182 está falando é o Comitê Gestor, que foi criado esta semana pelo Decreto?

183 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Isso.

184 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Sim, o Comitê Gestor de
185 Resíduos.

186 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Obrigado.

187 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Sim. As ações estão sendo
188 todas discutidas e alinhadas, já fizemos duas reuniões, inclusive depois da
189 criação. E nesses encontros foram todos os movimentos, todos os empresários,
190 setor produtivo, sociedade civil, foram convidados. Não tenho comigo a lista,
191 mas o convite foi feito a todos.

192 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Boa tarde. Nós participamos
193 em Brasília de todos os GTT's - Grupo de Estudos Técnicos. A lei estadual se
194 baseou na Lei 12.000 que foi a primeira, depois teve o Decreto 7404 e tiveram
195 todos os grupos de estudos técnicos que deu a orientação de como seria a
196 regulamentação da lei.

197 Hoje, em todas as deliberações dos GTT's que estão sendo apresentados
198 os acordos setoriais entre as entidades que representam os responsáveis pela
199 destinação ambientalmente correta, já é consenso que as empresas do comércio
200 atacadista de material reciclável, as empresas de reciclagem elas têm participação
201 bastante ativa. Por quê? Porque elas já fazem esse trabalho que é a finalidade da
202 lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

203 Então, tem-se que fomentar um trabalho que já existe, já existe esta
204 cooperação com as cooperativas de catadores, já existe esta logística de coleta
205 nos vários locais que tem concentração de resíduos. Então, hoje já é consenso um
206 apoio, um incentivo específico para as empresas do comércio atacadista de

207 material reciclável. Vocês podem verificar até pelas atas das reuniões dos GTT's
208 em Brasília que realmente hoje é considerado como uma participação prioritária
209 das empresas de reciclagem nesse papel.

210 Observamos na minuta que nos foi encaminhada para verificar em relação
211 à aprovação que está ausente, não verificamos a inserção das empresas,
212 principalmente do comércio atacadista de material reciclável, porque elas fazem
213 essa ponte com todos os catadores, porque eles compram esse material dos
214 catadores, juntamente com a indústria que são os fabricantes. Ou seja, eles
215 processam esse material e devolve para o ciclo econômico como novamente
216 matéria-prima. Até se baseando no que está sendo deliberado na política
217 nacional, através dos GTT's, é que deveria haver uma especificação mais direta
218 em relação às empresas de reciclagem.

219 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- A gente agradece. Na realidade
220 como os grupos ainda estão discutindo e não finalizaram todos os estudos
221 realmente acabamos nos apoiando só no texto da Lei 12.305. Mas como o
222 Secretário falou, você poderia nos encaminhar essa sugestão para que ela pudesse
223 ser analisada.

224 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Embalagem geral já acabou.

225 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Isso eu sei, mas não foram
226 todas.

227 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Eletroeletrônico também já
228 acabou. Hoje já estão sendo apresentados os acordos setoriais. O que é o acordo

229 setorial? São os que as empresas estão propondo para cumprir a meta que o
230 Governo está definido.

231 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- A gente tem acompanhado isso.
232 Eu quis dizer que como a gente não tem um resultado escrito, a gente sabe que
233 são experiências, acontecimentos, a gente não trouxe para cá neste momento
234 porque nos baseamos só na Lei 12.305 e não nesses estudos dos GTT's, então
235 agradeceríamos essa contribuição.

236 O Sr. Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Com certeza. Mas veja, é até
237 importante considerar, todos os grupos de estudo quando eles finalizam emitem
238 um documento chamado Edital de Chamamento. As políticas estaduais não
239 podem ser contrárias ao Edital de Chamamento. Esses editais de chamamento já
240 estão bastante especificados, já estão bastante objetivos na forma como a política
241 nacional vai conduzir. Então, seria interessante haver uma consideração para a
242 elaboração da política estadual.

243 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Então, pedimos a sua
244 colaboração para isso.

245 O Sr. Conselheiro Alexandre Furtado da Silva (OAB):- Com certeza.

246 O Sr. Conselheiro Tarcísio (SEAB):- Estou representando aqui o
247 Secretário Norberto Ortigara. Não sei se é uma consideração ou uma
248 contribuição, é mais para chamar a atenção para a questão de resíduo sólido rural.
249 Aqui parece, pelo menos na apresentação, que está muito voltado para as
250 questões mais urbanas: empresas, produção e consumidor. Só que no meio rural
251 temos alguns problemas muito sérios na área de resíduo. Poderia citar aqui suíno,

252 aves, cana com vinhoto, pó de pedra que é um negócio complicadíssimo e que
253 usamos inclusive em agricultura.

254 Tivemos uma reunião recente com o pessoal de Itaipu, eles têm algum
255 interesse também no tratamento do resíduo na produção energética, inclusive até
256 com demonstração de possibilidade de recursos e tal. Então, não sei bem se é
257 uma contribuição ou se é um alerta para que fiquemos muito preocupados com
258 recursos necessários para a promoção de utilização desses resíduos ou para
259 investimentos, para aqueles que produzem possam também fazer o seu
260 tratamento.

261 Então, alguns deles temos como aproveitar. Por exemplo, temos junto com
262 a SANEPAR a utilização de resíduos sólidos de tratamentos das ETAS para uso
263 agrícola que também é uma alternativa, é alguma coisa que estamos pensando.
264 Até brincamos com a SANEPAR, precisamos pensar, entre aspas, na nossa
265 ‘merda’ rural que é tão grande quanto a urbana, se pensarmos na quantidade de
266 porco que temos, de aves, boi em confinamento e que também temos que dar
267 destino a isso.

268 Então, só queria, ao dizer isso, estar contribuindo e ao mesmo tempo
269 lembrando dessa possibilidade de nessa legislação apontarmos fontes de recursos,
270 nem que seja com o aproveitamento da questão energética com a própria Copel e
271 com a Itaipu que já estão começando a abrir uma frente de possibilidade de
272 aquisição. É meio complicado, mas a aquisição desse acesso de energia que
273 poderia ser produzido com resíduo. Ou seja, há possibilidade deles adquirirem
274 esse tipo de produção energética na propriedade. Lógico que essa é uma coisa

275 que teria que intensificar a discussão, porque têm outras variáveis envolvidas.
276 Mas, de qualquer maneira, que não nos esqueçamos dessa parte do potencial que
277 o próprio resíduo pode dar enquanto aproveitamento, e não só aquela necessidade
278 legal que se tenha que fazer todos os 'R' da vida.

279 Enfim, mostrar na legislação que existe uma possibilidade de ganho até
280 para o meio ambiente, porque o agricultor, aquele que está produzindo também
281 poderá se beneficiar ao utilizar ou ao transformar ou ao reutilizar parte desses
282 resíduos.

283 E ainda como informação, na agricultura temos junto com a SEMA um
284 trabalho bem legal na área de logística reversa que é com agrotóxico, é bem
285 conhecido, o Paraná é exemplo nesta área. Hoje podemos dizer que em conjunto
286 com a SEMA, com o IAP, recolhemos em torno de 95% ou mais.

287 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- 99%, Secretário.

288 O Sr. Conselheiro Tarcísio (SEAB):- Esse é um exemplo a ser citado,
289 porque é um trabalho intenso entre as Secretarias e a própria iniciativa privada
290 também que tem isso como responsabilidade. Mas era alertar para esta questão
291 rural que vamos ter muito que conversar mesmo.

292 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Então, para lhe informar. O
293 plano nacional já exige uma redução de orgânicos e recicláveis ano a ano, de
294 2015 até 2031. Então, até 2031, 60% dos orgânicos que hoje vão para os aterros
295 não poderão mais ir, e 60% dos recicláveis também não poderão. Então, em
296 paralelo já elaboramos e concluímos agora o Plano Estadual de Regionalização
297 da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos

298 Urbanos, e já preocupados inclusive com os resíduos rurais, já previmos a
299 instalação de pontos rurais, pelo menos três em cada município
300 independentemente do tamanho, pela dificuldade que a área rural já vem
301 sentindo.

302 Como o nosso plano está recém concluído, seria até interessante que
303 viéssemos apresentar ao Conselho, Secretário. Estamos com o termo de
304 referência do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. O que quer dizer? Teremos
305 que analisar os demais resíduos, estamos com esse termo de referência, acabamos
306 de discuti-lo ontem à tarde com a Caixa, devemos ter um ok dela no máximo em
307 dez dias, um recurso da Caixa Econômica e o Ministério do Meio Ambiente, para
308 fazer essa contratação. Então, esse Plano Estadual fará um estudo de todos os
309 outros resíduos que não sejam resíduos sólidos urbanos.

310 Vamos estudar resíduos da indústria, resíduos agrossilvipastoris, que é
311 toda essa sua preocupação, agora já sabemos até com quem vamos conversar
312 quando começarmos esse plano, de transporte, de aeroportos, de construção civil.
313 Então, já está sendo encaminhado e devemos contratar esse ano ainda, e aí vamos
314 ter as informações não só de resíduos sólidos urbanos detalhados como temos
315 hoje no Estado do Paraná com propostas, com ações e com custo, sabendo quanto
316 custa para resolver o problema dos resíduos sólidos urbanos, mas atendendo as
317 metas do Plano Nacional vamos detalhar para todos os demais resíduos.

318 Então, com certeza vamos conversar na sequência, porque precisaremos
319 do apoio da Secretaria de Agricultura na elaboração do capítulo específico dos
320 resíduos agrossilvipastoris como os demais específicos para cada resíduo.

321 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
322 Cheida):- Com a palavra, Conselheiro Renato.

323 O Sr. Conselheiro Renato Eugênio Lima (SMMA):- Boa tarde a todos.
324 Cumprimentando o Presidente e a todos, manifestar minha alegria de estar aqui
325 participando do Conselho. Minha última participação faz mais de quinze anos
326 quando o Conselho lutava para ganhar autonomia e capacidade de decisão,
327 representando a Universidade Federal. É ótimo estar aqui representando Curitiba
328 e os municípios.

329 Sobre a proposta da Política Estadual de Resíduos Sólidos é interessante
330 comentar que boa parte dessa política foi discutida em um momento em que não
331 haviam sido estabelecidas ainda as novas administrações municipais. Sem dúvida
332 nenhuma vamos ter o maior interesse, vou pedir para a minha equipe fazer uma
333 análise de forma a colaborar. Sem dúvida nenhuma vamos ter o maior interesse
334 em contribuir e até seria interessante se vocês se dispusessem a fazer uma
335 discussão, uma apresentação dessa proposta com conteúdo muito mais detalhado
336 do que foi apresentado hoje aqui para trabalharmos de forma coordenada nas
337 ações de nível municipal e estadual.

338 Temos que considerar essas transformações que ocorreram em boa parte
339 dos municípios no Estado e acolher essas propostas que sem dúvida nenhuma
340 estamos construindo. Obrigado.

341 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Estamos à disposição.

342 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
343 Cheida):- Com a palavra, Conselheiro Roveda.

344 O Sr. Conselheiro Irineu Roveda Júnior (FIEP):- A FIEP tem muito
345 interesse em apoiar esse plano estadual. Temos algumas sugestões, desde quando
346 recebemos, temos um grupo de trabalho dentro da FIEP que trabalhamos tanto
347 esse quanto outros projetos também. Vamos passar por escrito, algumas são
348 pontuais outras mais gerais com justificativas, argumentos, principalmente na
349 questão de recuperação energética. Somos parceiros da Itaipu na questão da
350 recuperação energética e algumas outras formas, e também na questão dos
351 instrumentos econômicos. Achei que foi um pouco tímido, gostaria que fosse
352 mais avançado nesta questão e pretendemos, o quanto antes, o mais rápido
353 possível, enviar para você algumas sugestões. Obrigado.

354 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Queremos agradecer a parceria
355 da FIEP também no andamento da logística reversa, estamos com o Edital de
356 Chamamento, tem nos apoiado. Obrigada.

357 O Sr. Conselheiro Maurício de Jesus Tozetti (CRMV):- Boa tarde.
358 Colocando-nos à disposição, quando a doutora falou de categorias de resíduos
359 juntamente com o que a Secretaria de Abastecimento e Agricultura verifica
360 naquela questão principalmente de resíduos rurais, nas carcaças de suínos, aves,
361 dejetos e tudo o mais, o Conselho Regional coloca-se à disposição para auxiliar
362 nesse sentido. Temos pessoas especializadas nesta área que trabalham com
363 resíduos, mas também até alertaria para que pudéssemos auxiliar em uma nova
364 categoria, talvez não seja muito visível mas é bem complexa, que são os resíduos
365 de pet shop em grandes cidades. Hoje temos 70/80% da população paranaense
366 vivendo em cidades e que produzem muito lixo que têm que ser diferenciado

367 daquele lixo hospitalar de clínicas veterinárias, dos resíduos sólidos de clínicas
368 que são resíduos hospitalares mas também resíduos de pet onde temos
369 intermináveis toneladas de pêlos de cães que são tosados, sobras de ração e tantas
370 outras situações que é um resíduo que tem dado bastante preocupação, inclusive
371 para nós do Conselho para definirmos como fazemos isso. Inclusive dentro dos
372 pet shops temos produtos tóxicos que são medicamentos que é uma outra
373 categoria, mas precisamos incluir isso na política para que essa nova categoria de
374 resíduo também, que não é nova, é só uma categoria que já existe há muito
375 tempo, mas que talvez ainda não tenhamos delimitado isso, mas nos colocamos à
376 disposição.

377 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Agradeço novamente.

378 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- A título de contribuição
379 também, pensando em uma possível nova categoria que não sei se já foi
380 discutida, mas tenho trabalhado há bastante tempo com a questão de espécies
381 invasoras. Estamos discutindo isso na Câmara Temática de Economia e Meio
382 Ambiente e tenho vivenciado algumas situações, por exemplo, a questão do
383 mexilhão dourado que é uma espécie invasora que veio da Ásia para cá e tem
384 tomado conta de muitos rios nossos e causado grandes problemas para as usinas
385 hidrelétricas. Então, muitas usinas hoje, na hora da parada de manutenção, elas
386 retiram toneladas de conchas e mexilhões vivos que hoje em dia está sendo
387 tratado como um resíduo industrial e essas usinas hidrelétricas não estão sabendo
388 o que fazer com isso. Esse é um tema bem específico, pontual, mas é uma coisa
389 que tem que ser discutida.

390 A Sra. Carla Mittelstaedt (Águas Paraná):- Com certeza. Agradeço
391 novamente.

392 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
393 Cheida):- Dar um palpite, realmente essas toneladas de conchas são calcário,
394 carbonato de cálcio praticamente puro para a agricultura, talvez esteja aí um novo
395 filão de aproveitamento disso.

396 O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Sim, Secretário. Só que
397 como esse resíduo hoje é considerado um resíduo industrial não pode ser
398 utilizado, aí fica este impasse que pode ser discutido.

399 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
400 Cheida):- A palavra continua aberta. (Pausa). A Presidência agradece a Dra. Carla
401 e a toda a equipe que participou desses incontáveis encontros para a discussão de
402 uma Política Estadual de Resíduos Sólidos ao Paraná, agradecer a todos os
403 Conselheiros que deram no dia de hoje e poderão enviar ainda sugestões a
404 respeito para que possamos compor uma política pública baseada na lei que traga
405 melhorias ao Estado do Paraná. A Dra. Carla está sugerindo a todos os
406 Conselheiros que façam as suas eventuais colaborações, contribuições por escrito
407 nos próximos quinze dias. Acho que é um tempo razoável.

408 Com a palavra, Conselheiro Renato.

409 O Sr. Conselheiro Renato Eugênio Lima (SMMA):- Pela importância do
410 tema minha sugestão é dobrar o prazo que está se propondo, termos um mês para
411 fazermos essa contribuição.

412 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
413 Cheida):- Se todos concordarem fica por trinta dias, depois pediremos aos
414 deputados acelerarem na Assembléia.

415 Então, solicitamos aos Conselheiros que eventualmente queiram contribuir
416 encaminhem para o Conselho, para o João Batista ou diretamente para o Laerty
417 Dudas na Secretaria, mas de preferência para o João no Conselho. Muito
418 obrigado.

419 O segundo ponto de pauta é a Regulamentação da Política Estadual de
420 Educação Ambiental - Lei 17.505/2013, já aprovada e está em fase de
421 regulamentação. Vamos colocar, depois da discussão, em votação uma
422 recomendação de encaminhamento das minutas de Decreto ao chefe do Poder
423 Executivo.

424 Peço à Dra. Wanderlea Aparecida Coelho, do Ministério Público, para que
425 faça a apresentação.

426 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Boa tarde a
427 todos os Conselheiros e Conselheiras, sou pedagoga, sou funcionária de carreira
428 da SANEPAR à disposição do Ministério Público para trabalhar à frente desta
429 Política de Educação Ambiental no Estado. Já agradeço a oportunidade de estar
430 aqui e é uma etapa fundamental para que possamos estar decretando e
431 regulamentando a nossa política aprovada em janeiro de 2013.

432 O que é importante destacarmos da Política Estadual de Educação
433 Ambiental? Primeiro tivemos vetado um inciso por conta do termo biocentro, é
434 de conhecimento do Deputado Cheida que tanto trabalhou para que pudéssemos

435 clarificar e esclarecer o que significa o biocentro, mas de qualquer modo é um
436 termo que ainda está vetado, está em discussão para uma próxima pauta. Mas foi
437 importante porque criamos o órgão gestor e o Conselho Interestadual de
438 Educação Ambiental.

439 E um terceiro aspecto também fundamental é que toda a Política Estadual
440 de Educação Ambiental tem como um eixo norteador a bacia hidrográfica,
441 porque entendemos que a educação ambiental ganha uma sustentação e uma
442 discussão quando trazemos a questão da água como referência para as pessoas, a
443 questão do rio. Nós asseguramos que a política tivesse previsto que essas ações
444 fossem integradas e coordenadas a partir da bacia hidrográfica.

445 Alguns marcos importantes, e algumas pessoas que estão presentes
446 participaram conosco. Toda a história de educação ambiental no Paraná é datada
447 de 92, aproximadamente, como rede de educação ambiental, porém alguns
448 pontos fundamentais.

449 Em 2004 o Movimento Pró CIEA, em 2006 tivemos uma minuta de
450 criação do próprio CIEA - Conselho Interestadual que estamos decretando. Na
451 ocasião, por questão mesmo de representação, de representatividade, não foi
452 aprovada e aí trouxemos essa discussão novamente em 2010.

453 Em 2010 o próprio Conselho Estadual de Meio Ambiente criou um GT de
454 Educação Ambiental que teve por objetivo trabalhar na organização dessa
455 política. Com essa política procuramos levantar todos os documentos do Estado
456 que tratavam de educação ambiental, não só os documentos do Estado, mas todas
457 as conferências que na época ocorreram aqui. As conferências infanto-juvenis de

458 meio ambiente, as conferências de resíduos sólidos, as conferências de educação.
459 Procuramos contemplar todas as discussões que haviam até o momento. Tivemos
460 vinte e uma reuniões de trabalho, três seminários técnicos e encaminhamento
461 desse Projeto de Lei que virou lei instituída em janeiro.

462 De janeiro para cá no que estamos trabalhando? Na regulamentação de
463 três artigos que são os artigos que decretam a criação de um órgão gestor dentro
464 do Estado, a regulamentação desse órgão gestor e a criação do CIEA. O que
465 diferencia o órgão gestor dos demais estados, e o Paraná tem sido uma referência
466 nesse sentido? Conseguimos conciliar aqui a Secretaria de Educação, a Secretaria
467 de Meio Ambiente, a Secretaria de Abastecimento, a Secretaria de Ciência e
468 Tecnologia e a Secretaria de Saúde. Então, é um órgão gestor que acontece com
469 essas representações das cinco Secretarias que precisam discutir todo o programa
470 e o sistema de educação ambiental.

471 As atribuições do órgão gestor. Das atribuições que nós temos é a de
472 coordenar o Programa Estadual de Educação Ambiental e o próprio sistema. Esse
473 órgão funciona em forma de pleno, tem representações das cinco Secretarias,
474 deve ser criada uma Secretaria Executiva, deverão ser indicados técnicos das
475 áreas de educação ambiental como suplentes e será decidido de forma colegiada
476 com representação de 50% mais um. Tem caráter deliberativo e consultivo,
477 devendo ser organizado por um Regimento Interno. O órgão gestor poderá, no
478 âmbito das competências, criar os grupos de trabalho, as Câmaras Temáticas, as
479 Comissões Especiais envolvendo técnico de todas as áreas e com todas as
480 necessidades que sejam apontadas a partir de notório saber, competências das

481 instituições e os critérios atuais o Regimento Interno define. Coordenar os
482 processos que define as diretrizes para a implantação de âmbito estadual,
483 coordenar e propor planos, programas, projetos e ações na área de educação
484 ambiental e assegurar a implementação e o funcionamento estadual de educação
485 ambiental. Contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de
486 Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de
487 viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos,
488 projetos e ações nessa área; articular as representações, fomentar a criação de
489 órgãos gestores e comissões interinstitucionais de âmbito municipais, integrar as
490 ações de educação ambiental de modo que possamos trabalhar em todas as
491 esferas e também as entidades governamentais e não-governamentais, e
492 incentivar o apoio e a cooperação técnica, entre os órgãos públicos e as empresas
493 privadas na área de educação e pesquisa.

494 As deliberações do Órgão Gestor serão encaminhadas: temas que dizem
495 respeito às questões ambientais para o Conselho Estadual de Meio Ambiente;
496 temas que dizem respeito à educação formal para o Conselho Estadual de
497 Educação no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

498 Essas Secretarias de Estado que vão compor o órgão gestor, lembrando
499 SEMA, SEED, SEAB, SESA e a SETI hoje deverão prover uma parte de
500 recursos orçamentários para a viabilização dos Programas de Educação
501 Ambiental para o Estado do Paraná, e também naqueles instrumentos de recursos
502 financeiros prever um percentual para a educação ambiental.

503 A escolha da Secretaria. Deverá ser eleita por todos que integram o órgão
504 gestor, deverá se reunir uma vez por mês, em primeira instância a proposta é que
505 seja a própria SEMA que venha ser o coordenador e depois de um tempo repasse
506 de forma de rodízio a coordenação do órgão.

507 O que se propõe também nesse Artigo 9º - Os responsáveis legais das
508 Secretarias de Estado, integrantes do Órgão Gestor, deverão publicar no prazo de
509 90 (noventa) dias, a partir da vigência deste decreto, a expedição de uma
510 resolução ou reformular o regimento interno da pasta para que seja incluída uma
511 área específica de Educação Ambiental. Essas áreas específicas terão caráter
512 interdisciplinar e intersetorial, fazendo interface com todos os órgãos da sua
513 secretaria e na articulação das demais no que diz respeito aos programas de
514 educação ambiental e ao sistema. E esses representantes deste órgão, ao criarem a
515 área específica de Educação Ambiental, deverão disponibilizar infraestrutura
516 administrativa e de pessoal para que possa de fato ser implementada e efetivada
517 as atividades na área educação ambiental.

518 Temos a criação da Comissão Interinstitucional. A Comissão
519 Interinstitucional no país inteiro, e procuramos fazer com que isso também fosse
520 trabalhado, tem caráter de participação e controle social. Então, são as instâncias
521 onde as organizações não governamentais podem estar atuando e participando. E
522 o que fizemos aqui também, contando um pouco do histórico, foi recuperar todos
523 os documentos que o CIEA e o Pró CIEA haviam organizado desde 2003. Então,
524 procuramos atualizar algumas coisas, mas respeitar algo que foi criado em forma
525 de conferência, todos esses documentos foram criados em conferências.

526 E aí como fica a criação do CIEA? Ele tem representantes governamentais
527 e não governamentais, a finalidade é propor, apoiar, apreciar, avaliar a
528 implantação da política estadual, do programa estadual no âmbito da educação
529 ambiental exercendo o controle social. A Comissão de Educação Ambiental será
530 constituída por diversos segmentos da sociedade e regulamentada por Decreto
531 Estadual.

532 Ela trabalha com a finalidade de elaborar e promover as diretrizes para
533 apoiar, acompanhar, apreciar, criar metodologias de avaliação e implantação da
534 política estadual. Também trabalha no âmbito de compartilhar, elaborar, fomentar
535 parcerias, desenvolver projetos técnicos, fomentar grupos de trabalho. Na
536 verdade o órgão gestor e o CIEA vão ter que trabalhar juntos na implementação
537 da política e na implantação do programa. Tanto um como o outro terão que se
538 relacionar e conversar para que as coisas de fato aconteçam.

539 Promover intercâmbio, contribuir com articulação, contribuir com o
540 aprimoramento conceitual e promover educação ambiental sempre considerando
541 todas as políticas, as nacionais, as estaduais e todas aquelas que estão afetas à
542 questão da educação ambiental.

543 Aqui o destaque para essas competências: É de responsabilidade da
544 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos disponibilizar
545 estrutura orçamentária, física e humana, necessária para o funcionamento da
546 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA.

547 A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será coordenada
548 por um de seus integrantes, que a proposta de neste primeiro ano seja pela SEMA

549 e nos demais anos pelas demais Secretarias, eleito para esse fim, por um período
550 de 02 anos. Integram na Comissão os seguintes representantes, nas
551 representações procuramos também seguir o que era prevista da Resolução do
552 Conselho Estadual de Recursos Hídricos que são as nossas unidades de
553 gerenciamento de recursos hídricos. Então, o que a gente buscou e a
554 representatividade de todo o Estado, distribuída pelas bacias hidrográficas que o
555 nosso próprio Conselho Estadual prevê.

556 Então, são dois representantes pelo conjunto de bacias hidrográficas,
557 garantindo a indicação mínima de um representante da sociedade civil e
558 distribuídos conforme as nossas unidades de gerenciamento. Quatro
559 representantes de suplentes da sociedade civil, sete representantes do Governo,
560 sete representantes do segmento empresarial.

561 Os representantes do Inciso I são os eleitos nos Comitês de Bacia
562 Hidrográfica; aí temos bacias que já estão instituídas e bacias ainda em processo.
563 O que queremos é que aquelas que já estão instituídas que já indiquem os seus
564 representantes, abram processo à medida que forem indicando vão compondo o
565 CIEA. Entendemos também que seria uma forma de estimular a participação da
566 sociedade dentro dos comitês, porque a gente percebe que ficam à parte. Os
567 representantes da sociedade civil que estamos propondo é que seja considerada a
568 articulação da rede paranaense de educação ambiental. Então, que as pessoas que
569 venham participar dessa discussão sejam articuladores, pessoas que estão
570 envolvidas na rede há tempo.

571 E os representantes governamentais considerando a

572 formação/conhecimento/experiência na área socioambiental, e de preferência que
573 represente aquelas Secretarias que não fazem parte do órgão gestor.

574 Essa foi uma demanda, porque para que essas minutas fossem elaboradas,
575 fizemos quatro conferências no Estado e só este ano já tivemos 47 reuniões para
576 compor este documento, inclusive com a SEED, com o corpo de professores,
577 com os coordenadores, porque 80% dessa política implica em mudanças não só
578 de comportamento mas de estrutura da própria SEED. Aí veio essa demanda e
579 justa que os representantes governamentais viessem das Secretarias que não estão
580 no órgão, que essas Secretarias de certo modo pratiquem, que são responsáveis
581 pela política de assistência social, segurança pública, cultura e patrimônio
582 histórico.

583 Os representantes do segmento empresarial que viessem comércio,
584 indústria e prestação de serviços, considerando sempre a representatividade do
585 setor. O órgão de Estado a que se refere o artigo 4º, a SEMA, na elaboração dos
586 seus respectivos orçamentos, deverá consignar recursos para o custeio de
587 despesas com viagens para representação, de modo a garantir a presença às
588 reuniões de todos os integrantes da Comissão, em especial os representantes da
589 sociedade civil.

590 Então, é isso que se propõem as duas minutas de Decreto. O Decreto de
591 criação do órgão gestor, com destaque a um órgão gestor criado por cinco
592 Secretarias que entendemos que são as que executam aquelas políticas que dizem
593 afeto diretamente a nós, enquanto cidadãos, e o Conselho Interestadual de
594 Educação ambiental que seria esse mecanismo de participação de controle social

595 e acompanhamento da política de educação do Estado. Muito obrigada.

596 É importante falar que dessa comissão hoje tem a SEMA, a SEED, a
597 SEAB que já participaram conosco de toda a discussão, técnicos representantes
598 dessas áreas, o Ministério Público, representantes das instituições de ensino
599 superior do Estado do Paraná, Universidade Federal e Secretaria de Saúde que
600 estiveram conosco nesta jornada, nesta comissão. Muito obrigada, agradeço a
601 atenção.

602 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
603 Cheida):- Esta Presidência que agradece a Dra. Wanderleia e peço que permaneça
604 para eventuais esclarecimentos.

605 Antes de abrir a palavra a todos queria orientar os Conselheiros no
606 seguinte sentido: o penúltimo artigo desta lei, o Artigo 25, diz textualmente o
607 seguinte: “O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias da sua
608 publicação, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho
609 Estadual de Educação”. O que estamos fazendo aqui agora é o cumprimento da
610 lei, ouvindo o Conselho Estadual de Meio Ambiente, depois naturalmente o
611 Conselho Estadual de Educação que não sei se já fez o mesmo ou fará.

612 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Na próxima
613 semana temos a pauta agendada com o Conselho Estadual de Educação e tem
614 uma questão também que enquanto estávamos trabalhando na política saíram as
615 diretrizes nacionais da educação ambiental. Tivemos o privilégio de ser o Estado
616 que saiu na frente já discutindo esses parâmetros e estamos aprovando junto as
617 normas curriculares para a educação ambiental para o Estado do Paraná. Então

618 esta semana as normas curriculares estão sendo discutida no âmbito do Conselho
619 Estadual de Educação e na próxima semana são os decretos dos órgãos gestor e o
620 decreto do CIEA.

621 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
622 Cheida):- Perfeito. Esta aberta a palavra aos Conselheiros. Com a palavra,
623 Conselheiro Adriano.

624 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Esta reunião é para dar o
625 *check list* final nesta proposta de regulamentação?

626 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
627 Cheida):- A pauta é para isso.

628 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Quando serão feitas a
629 incorporação dessas novas diretrizes curriculares?

630 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- As diretrizes
631 curriculares, que estão integradas às políticas, porque trata do sistema de ensino
632 formal, mas também tem um prazo de noventa dias a partir da aprovação no
633 Conselho Estadual de Educação.

634 Então, esta semana está sendo apresentada para os Conselheiros e a
635 intenção é que saia antes do planejamento do próximo ano, porque as escolas já
636 estão trabalhando no sistema pedagógico dos próximos anos.

637 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Essas novas diretrizes
638 não interfere nessa versão que estamos analisando dentro do Conselho Estadual?

639 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Na verdade foi
640 o contrário. Procuramos fazer com que as diretrizes estivessem integradas as duas
641 minutas de decreto e à própria política.

642 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Poderia passar aquele
643 slide, esse último do CIEA onde colocaram propor riscaram e colocaram
644 promover. Pela diretriz nacional ela diz que é para propor, porque a diretriz
645 estadual e federal fala que tem que ser...

646 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- É
647 aprimoramento conceitual das políticas públicas e promover ações de
648 transversalidade em educação ambiental. Aqui foi um destaque da Secretaria de
649 Educação por conta das diretrizes curriculares estarem saindo juntas, o CIEA não
650 teria essa competência de propor ações de transversalidade, eles podem
651 promover, discutir junto com o órgão gestor e trabalharem juntos, mas não teria
652 autonomia para promover ações no âmbito da educação formal, tanto que está
653 aqui nas atividades escolares, em todos os ensinos e modalidades de ensino.

654 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu fico preocupado,
655 porque existe uma tendência em muitos municípios de que a educação ambiental
656 tem que ser uma cadeira, uma matéria na grade curricular. E é exatamente o
657 contrário do que reza a Política Nacional de Educação Ambiental, tem que ser
658 transversal em todas as matérias. Quer dizer, matemática, química, ciência e
659 geografia têm que ter este assunto permeando. Esta é minha preocupação.
660 Obrigado.

661 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Na Política
662 Estadual já foi contemplado que, exceto ensino superior e em alguns cursos, vira
663 disciplina, como é o caso da pós-graduação mas como prevê a lei nacional. Nas
664 demais é um conteúdo a ser trabalhado em todas as disciplinas. Isso foi
665 assegurado, e nas diretrizes curriculares foi assegurado como conteúdo a ser
666 trabalhado em todas as disciplinas, modo transversal e no ensino superior tem em
667 alguns cursos de licenciatura está como disciplina obrigatória, embora todos os
668 cursos terão que ter a discussão, ficou na dimensão sócio ambiental todos os
669 cursos, nas licenciaturas sendo obrigatória.

670 E um ganho que temos, dentro das diretrizes curriculares na elaboração é a
671 interface entre a SEED e a SETI que temos assegurado a questão da pesquisa
672 dentro da SETI que vem colaborar com a educação formal mas também conosco.
673 Então, muitas coisas que foram apontadas aqui que dizem respeito à política de
674 resíduos sólidos é pesquisa para que tenham novas tecnologias, que sejam
675 apontados novos caminhos para que as coisas aconteçam. Então, isso
676 conseguimos assegurar de certo modo numa discussão com todos que pudessem
677 ter essa articulação da pesquisa e do ensino, e que não fosse só no âmbito da
678 educação formal mas no âmbito das instituições, que elas pudessem ter essa
679 interface mais estreita com a pesquisa.

680 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
681 Cheida):- A palavra está aberta. (Pausa). Nenhum Conselheiro querendo fazer uso
682 da palavra, esta Presidência agradece muito a Wanderleia e aos demais
683 Conselheiros e considerar, portanto, que a apresentação, a exposição feita satisfaz

684 as exigências do Conselho podendo dar como APROVADA pelo Conselho esta
685 praticamente Minuta de Resolução a ser encaminhada para a regulamentação do
686 Decreto, é a Minuta de Decreto. Obrigado.

687 A Sra. Wanderlea Aparecida Coelho (Ministério Público):- Muito
688 obrigada, e nós ganhamos, o Paraná ganha com essa política.

689 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
690 Cheida):- Temos mais alguns assuntos, porém consulto os Nobres Conselheiros
691 se querem fazer um intervalo de oito minutos prorrogáveis por mais dois para
692 que possamos tomar um café, ou continuamos? Então, fazemos um intervalo de
693 dez minutinhos improrrogáveis. Obrigado.

694 (Está suspensa a reunião).

695 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
696 Cheida):- Reabrimos a reunião. Srs. Conselheiros, terminada a pauta principal,
697 em outros assuntos está a inclusão da discussão proposta pelo Adriano, do Mater
698 Natura, sobre a criação de um grupo de trabalho para estudar alterações ao
699 regimento do CEMA quanto à Câmara de Assuntos Jurídicos.

700 Vou passar a palavra ao Adriano e, em seguida, facultar aos Conselheiros a
701 palavra para que possamos rapidamente decidir sobre o assunto.

702 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- O assunto é uma questão
703 de melhorar um pouquinho o texto no Artigo 21, Parágrafo 1º. Eu também me
704 proponho em auxiliar o Secretário Executivo para fazer uma proposta e na
705 próxima reunião extraordinária, não nesta daqui a duas semanas, este assunto
706 voltaria à pauta para ser aprovado.

707 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
708 Cheida):- A palavra está aberta. (Pausa). Ninguém querendo fazer uso da palavra,
709 há uma proposição apenas do próprio Adriano, a de encaminhar uma sugestão de
710 alteração ao Secretário Executivo João Batista e em seguida submetermos à
711 apreciação do plenário deste Conselho na próxima reunião ordinária ou
712 extraordinária.

713 Com a palavra, Conselheiro Maurício.

714 O Sr. Conselheiro Maurício de Jesus Tozetti (CRMV):- Na alteração, é
715 possível fazer isso?

716 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Consta no regimento
717 que pode ser alterado mediante votação da maioria. Será feita uma proposição,
718 uma resolução que altera o Regimento Interno. É previsível sim, e depois desta
719 proposição virá a esta plenária para debater, discutir ou refutá-la.

720 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
721 Cheida):- Obrigado. A palavra continua aberta. (Pausa). Ninguém querendo fazer
722 uso, vamos à votação. Os Conselheiros que concordam com esta proposição do
723 Mater Natura, permaneçam como estão. (Pausa). APROVADA.

724 O próximo item de pauta é a Tribuna Livre, mas antes gostaria de solicitar
725 aos Conselheiros que pudessem apreciar uma situação. Eu fiz há pouco, no início
726 da nossa discussão, uma proposta em fazermos a nossa reunião extraordinária
727 referente à votação da descentralização do licenciamento ambiental no próximo
728 dia 20, e não estava presente ainda entre nós o Presidente do IAP. O Tarcísio tem
729 férias exatamente nesse período e já se comprometeu com a família, então queria

730 pedir aos Conselheiros que pudéssemos esticar mais uma semana e fazermos no
731 dia 27, impreterivelmente, improrrogavelmente. (Pausa). Então, se todos os
732 Conselheiros estiverem de acordo a nossa próxima reunião para fazermos
733 definitivamente a votação da descentralização do licenciamento ambiental, fica
734 para o próximo dia 27 de agosto, às 14h30min, neste mesmo local.

735 Último assunto: Tribuna Livre.

736 Peço ao Secretário Executivo que chame os inscritos.

737 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Primeiro inscrito
738 Adriano Wild - Mater Natura. Esclarecemos que todos em conjunto, estão
739 inscritos na sequência Giácomo Clausi, Vânia Mara Moreira dos Santos e agora o
740 Cláudio está se inscrevendo. Então, temos quinze minutos para os quatro
741 inscritos.

742 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Boa tarde. Vou tomar um
743 tempinho de vocês para tratar de um assunto importante do segmento das ONG's,
744 o papel delas dentro do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Algumas
745 considerações são feitas às ONG's e aos demais Conselheiros também.

746 Então, a pergunta que é o tema da apresentação: qual o papel do terceiro
747 setor no Conselho Estadual do Meio Ambiente? Esse segmento é importante na
748 composição do Conselho? As contribuições, como são representantes da
749 sociedade civil, e quando falamos em terceiro setor abrangemos as ONG's e os
750 convênios sociais, será que sem elas o Conselho Estadual do Meio Ambiente
751 existiria? Ou o papel delas é apenas uma presença simbólica? Ou é um papel

752 figurativo, acessório, irrelevante? Papel passivo? Esvaziamento? Fazer de conta
753 que tudo está bem? Ou simplesmente são expectadores?

754 Acho que temos muito que nos identificarmos nessa situação. A exemplo
755 de outros Conselhos aonde as regras já vêm estipuladas de cima para baixo e aí o
756 Conselho simplesmente aprova ou não aprova. Mas eu tenho muita dificuldade
757 de convencer os meus parceiros ambientalistas o papel de eles se inscreverem no
758 cadastro de entidades não governamentais do Estado. Tenho muita dificuldade!
759 Tenho pouco tempo de Paraná, mas o suficiente para entender qual o mecanismo.
760 É difícil de convencer os nossos parceiros ambientalistas a se inscreverem e
761 participarem das diretrizes, da Política Estadual de Meio Ambiente.

762 Eu fiz um histórico do processo de esvaziamento do cadastro das
763 entidades ambientalistas não governamentais, não ambientalistas. Neste mandato
764 de 2013 e 2014 só doze instituições se cadastraram. Em 2012 havia dezenove e
765 em 2009 vinte e duas. Então, ano a ano ou mandato a mandato tem realmente
766 diminuído o interesse das organizações não governamentais em participar do
767 Conselho Estadual do Meio Ambiente.

768 Mas é uma tendência? Não é. Por quê? Porque no Cadastro Nacional das
769 Entidades Ambientais - CNEA, do CONAMA tem cadastrado 41 instituições
770 do Paraná. O que está acontecendo?

771 Outra questão que surge é a própria composição do Conselho Estadual do
772 Meio Ambiente. Temos um total de 29 Conselheiros, sendo 15 do Poder Público
773 e 14 de diversos: 4 de ONG's, 2 de instituições de ensino superior e pesquisa, 4
774 do setor produtivo e trabalhadores e 4 de órgãos de classe das profissões

775 regulamentadas. Essa é a composição hoje. E, em 19 de abril deste ano, foi
776 anunciado que haveria mais uma representação, sendo da comunidade indígena.
777 Já se passou abril, maio, junho, julho, agosto, quase cinco meses e até agora não
778 sabemos quem é o nosso novo colega de Conselho.

779 Eu não preciso falar muito, porque temos dois documentos
780 importantíssimos que falam sobre a importante do Conselho Estadual do Meio
781 Ambiente. O primeiro é a Constituição Federal, onde fala: “Art. 225 - Todos têm
782 direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do
783 povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à
784 coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras
785 gerações”. Nós todos, os 29, estamos dentro dessa categoria que temos essa
786 responsabilidade não somente pelas nossas instituições, mas também
787 individualmente.

788 O Decreto de 4.447/01 onde cria o CEMA, no Artigo 2º diz que o
789 Conselho é responsável pela formulação da política e os incisos mencionam
790 outras atribuições que estão também cada um de nós, individualmente ou através
791 das nossas instituições ou órgãos públicos, temos essa co-responsabilidade.

792 O que as ONG's esperam do CEMA? Alguns exemplos aqui, vocês devem
793 ter outros. O primeiro dele é a implantação da Agenda 21 na administração
794 pública do Paraná. Nós temos um fórum da Agenda 21, mas não se aplica na
795 estrutura pública do Governo do Estadual. E essa é uma reivindicação
796 importante, porque para que um Conselho possa funcionar ele tem que dar o
797 exemplo. Então, aquelas quinze instituições que têm o seu papel no Conselho,

798 espera-se que eles conheçam e comecem um programa de instalação da Agenda
799 21 na administração pública.

800 Segundo, é o combate efetivo do desmatamento. Eu vim da Bahia, lá a
801 questão da Mata Atlântica é uma referência muito importante para os habitantes
802 da região, porque o cacau, que é base da sua plantação, tinha isso. Agora, ficamos
803 surpresos que 2011/2012, segundo o levantamento feito pela S.O.S Mata
804 Atlântica, nós continuamos sendo o quarto Estado de desmatamento.
805 Sinceramente nós aqui no Conselho podemos admitir isso em nossos dias, apesar
806 da legislação, da fiscalização, dos órgãos ambientais, tanto estadual quanto
807 federal? Será que cabe ainda desmatamento do pouco que restou da Mata
808 Atlântica no Paraná?

809 Outra questão: a inclusão na pauta de algumas questões ambientais que
810 deveriam ser tratadas no Conselho Estadual do Meio Ambiente como a questão
811 do controle de emissão veicular que deveria começar a funcionar este ano. Nós,
812 como Conselheiros, não sabemos o desenrolar disso. Como está essa situação?
813 Ninguém veio nos dizer sobre esta questão.

814 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
815 Cheida):- Adriano, só pediria que respeitasse o tempo, já passou bastante, a
816 Tribuna é de quinze minutos e temos quatro inscritos.

817 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Tá bom. Temos ouvido
818 falar sobre o projeto da estrada de ferro, dos planos municipais que o Secretário
819 muito bem colocou em nove de abril de 2013 que estão no incentivo como
820 política pública estadual, os Planos Municipais de Recuperação da Mata

821 Atlântica, o Fundo Estadual de Meio Ambiente, um pouco mais de transparência
822 e sendo uma forma também de proporcionar a implantação desses planos
823 municipais, transformar a área do Curi que a nossa companheira Vânia está
824 batalhando há mais de cinco anos ou seis ou sete anos para que se transforme em
825 uma unidade de conservação estadual, o posicionamento do Conselho a respeito
826 da Estrada de Colono e o aumento das reuniões anuais do CEMA. Será possível
827 que tenhamos apenas três reuniões oficiais no ano?

828 Desculpem-me pelo tempo, mas finalizando, para reflexão dos ilustres
829 Conselheiros que ainda estão aqui, já aconteceram 86 reuniões ordinárias e 20
830 extraordinárias do CEMA, e o meio ambiente no Paraná melhorou? Obrigado.

831 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
832 Cheida):- Próximo inscrito.

833 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Por favor, Giácomo
834 Clausi.

835 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (GARI):- Saúdo o Sr. Presidente, o Sr.
836 Secretário e os demais Conselheiros. Estou aqui para fazer um anúncio, estamos
837 com a nossa oitava expedição de resgate do Rio Iguaçu confirmada para os dias
838 22, 23 e 24 de novembro, caindo na data comemorativa do Dia do Rio, e todas as
839 instituições do Conselho são sempre convidadas.

840 Atualmente temos parcerias com o Instituto das Águas que disponibiliza
841 sempre dois barcos, levando principalmente a equipe do IAP para fazer a análise
842 de dez pontos da qualidade de parâmetro do rio nesse trecho, que é
843 aproximadamente de 150km, a partir de Porto Amazonas até São Mateus do Sul;

844 além da própria SEMA, que todos os anos disponibiliza pessoal ou alguma
845 parceria física, através da Prefeitura de Porto Amazonas também; os bombeiros
846 de Palmeira, a Força Verde de Guarapuava, através da Lapa; a PUCPR e a
847 UTFPR, através do Instituto CRIE - Centro Regional de Integração de Expertise
848 da Universidade das Nações Unidas que nos dá esse apoio também.

849 Então, as instituições que ainda não participaram, é uma expedição
850 bastante efetiva, comprovamos os crimes ambientais ainda presentes na região,
851 principalmente a criação de gado na beira do rio. Nas últimas seis denúncias que
852 fizemos a resposta que temos é que sempre à margem do Rio Iguaçu é da
853 Marinha. Então, uma iniciativa, a partir desse ponto que se o Rio Iguaçu é
854 navegável, teria 50m de margem de cada lado que efetue isso através do
855 Conselho, que o próprio Dr. Saint-Clair me passou hoje, estava presente na
856 reunião. Então, se a área é da Marinha vamos reflorestar toda essa área da
857 Marinha; então se virou uma praia, quem levou a praia embora? Foi uma nave
858 espacial que desceu e levou a areia embora, 50m de areia? Supostamente foram
859 dragas da região, mas como não se tem flagrante de delito empurra-se isso para
860 frente. Obrigado. Quem tiver interesse a gente disponibiliza parceiras. Obrigado.

861 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
862 Cheida):- Obrigado, Giacomo. Quero pedir que depois você nos disponibilize
863 informações mais sistematizadas para o Secretário Executivo para que ele mande
864 a todos os Conselheiros, visto que não estamos com o quórum completo hoje.
865 Mas agradeço.

866 Próximo inscrito.

867 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Sra. Vânia Moreira do
868 Instituto Guardião da Natureza.

869 A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Queria pedir
870 ao Secretário informação relacionada a questão do FEMA. O FEMA há dois anos
871 tinha uma pauta em trabalhar com os faxinais, tinha um recurso de 170 mil, senão
872 me engano, que era para ser destinado para alguns projetos dos faxinais.

873 Como disse o Adriano, a gente sabe das informações mas não vemos
874 resultado. Então, como a gente trabalha nas comunidades faxinalenses e agora o
875 IAP está adotando uma estratégia para que se faça o desenvolvimento sustentável
876 nesses faxinais, além de apoiar as comunidades com cercas, arames, essas coisas
877 que são necessárias para manter o faxinal, eu fiquei sabendo que o IAP havia
878 feito um projeto e que se faria um diagnóstico ambiental e socioeconômico de
879 alguns faxinais.

880 Então, gostaria que trouxesse ao Conselho essas informações, e
881 principalmente no meu caso que trabalho com os faxinalenses e eles estão com o
882 projeto da CONAB, essas informações são interessantes para que possamos
883 continuar algumas estratégias de trabalho com eles. Não adianta demarcarmos
884 recurso para gastar nisso e a gente não sabe o que está acontecendo, a gente não
885 sabe o resultado, não sabemos se deu certo ou não, como as coisas andaram. Até
886 porque também na própria questão de fiscalização constantemente ouvimos
887 queixas com relação: “Ah, não se efetivou o convênio da Força Verde com o
888 IAPI!”. A gente não sabe como está isso, aqui a gente recebe uma informação e lá
889 na base é outra completamente diferente. Então, gostaria de receber essas

890 informações aqui para ajudar naquilo que for possível, já que é este o papel do
891 Conselheiro.

892 Há dois meses foi feito um seminário, na verdade uma reunião pública
893 internacional puxado pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério
894 Público do Meio Ambiente, pelo Dr. Saint-Clair e pela Dra. Margareth. Nessa
895 reunião falou-se sobre o amianto, que é uma coisa muito séria, até eu
896 desconhecia a seriedade desse problema, é um problema muito sério mesmo. E
897 também se falou sobre o problema da fumigação, dos agrotóxicos que são
898 espalhados através de aviões, especialmente sobre o glifosato.

899 Até sugeri, não estive presente na reunião da Comissão de Economia da
900 qual faço parte, como o agrotóxico é um dos temas que será trabalhado este ano,
901 que a questão do glifosato seja estudada profundamente, porque os argentinos
902 que vieram para este evento trouxeram estudos dizendo que o glifosato está
903 mudando o DNA das pessoas.

904 Então, a gravidade é muito grande e a precisamos tomar providências, e aí
905 volto a insistir que o Conselho tem um papel extremamente importante. Eu estou
906 no Conselho desde 2000, já passei alguns mandatos como suplente outros como
907 titular, mas percebo que o Conselho tem um grande papel. Agora, precisamos nos
908 empoderar desse papel para que de fato possamos fazer modificações no meio
909 ambiente no próprio Estado.

910 Com relação à área do Curi, o João ficou de agendar uma reunião com o
911 Secretário e o Procurador, solicito que se fizesse isso com a maior brevidade
912 porque esta semana novamente estiveram lá, as pessoas que estão lá na

913 comunidade, e naquele dia em que eu estava com eles, me disseram: “A gente
914 nem está denunciando mais, porque as pessoas que estão fazendo estão fazendo à
915 luz do dia e estão nos ameaçando!” Naquele mesmo dia estava saindo um
916 caminhão de imbuia.

917 Então, a gente precisa tomar providências, porque senão vamos ficar aqui
918 falando, já faz dez anos, meus cabelos já branquearam e daqui a pouco vai ficar
919 mais branco ainda e não fizemos nada. Então, gostaria que a gente abreviasse, se
920 fosse possível, porque eles acabam batendo no meu escritório porque fui eu que
921 chamei este assunto para o Conselho.

922 E finalmente convidá-los para duas festas. Dia 11 de agosto tem a Festa do
923 Feijão em Prudentópolis, a maior feijoada do Brasil e estão todos convidados. Fiz
924 uma amostra aqui que é para aguçar o apetite de vocês. A festa começa na sexta-
925 feira, não sei se na sexta ou sábado tem o show do Daniel e no domingo tem o
926 almoço, tem passeio de helicóptero. É uma festa bem interessante e teríamos o
927 maior prazer em recebê-los em nossa festa.

928 E em outubro, nos dias 18, 19 e 20 de outubro, vamos fazer numa
929 comunidade em que a gente trabalha, que é no Marcondes, a IAP Festa da
930 Agricultura Familiar. Não temos ainda a programação fechada, mas assim que
931 tiver trago na próxima reunião, mas já bloqueiem nas suas agendas para vocês
932 irem lá conhecer o Faxinal, conhecer a nossa realidade, o nosso agricultor.

933 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
934 Cheida):- Obrigado, Dra. Vânia. Próximo e último inscrito.

935 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Com a palavra, Cláudio
936 do CEDEA.

937 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Boa tarde
938 a todos. Registrar que o CEDEA foi eleito para suplente do CEMA e eu, Cláudio,
939 estarei aqui sendo o representante do CEDEA até acabar esse mandato.

940 Queria falar rapidamente que estivemos presentes no último dia primeiro
941 na etapa macrorregional da Conferência de Meio Ambiente. Lá estiveram
942 centenas de representantes de dezenas de municípios da região metropolitana do
943 litoral e dos Campos Gerais.

944 E em que pese todo o esforço da Comissão Organizadora Estadual,
945 sabemos que não é fácil organizar um evento, até excedeu as expectativas
946 inicialmente programadas, nós temos uma observação a fazer com relação ao
947 tempo estendido para este tipo de atividade. Para vocês terem uma ideia para
948 cada grupo de debate, que foi organizado entorno dos eixos da conferência, este
949 ano o tema é resíduos sólidos, tinham quatro eixos: consumo e produção
950 consciente, redução de impacto, geração de trabalho e renda e educação
951 ambiental, chegou cerca de 300 propostas por tema oriundas dos municípios onde
952 houve as conferências municipais. E havia um tema cerca de duas horas para ser
953 priorizada vinte propostas em cada grupo. Ou seja, não dava nem um minuto por
954 análise de propostas, aí a qualidade da discussão acabou sendo perdida.

955 E o que a gente sugere ao Secretário, inclusive ao Presidente da
956 conferência, teremos no dia 05 e 06 de setembro a Conferência Estadual, a
957 abertura solene é no dia 5 de noite e os trabalhos se desenvolverão no dia 06,

958 sugerimos para que vejam a possibilidade junto à Comissão Organizadora
959 Estadual que aumente este tempo, Secretário. Talvez no dia 05 fosse tomado
960 pelas atividades de grupo justamente para clarificar mais a discussão, até mesmo
961 porque vai vir uma representação no Estado mais pacificada, pelo menos na
962 teoria, afinal são os delegados eleitos que já passaram por um processo de
963 Conferência Municipal, de Conferência Macrorregional e para permitir um maior
964 intercâmbio e um aprofundamento da discussão do tema resíduos sólidos, que
965 está na Ordem do Dia.

966 Talvez poderia ficar aquela programação de abertura solene de noite,
967 talvez já tenha o agendamento com autoridades, talvez até se manter pela amanhã
968 do dia 06 para algum delegado, mas abrir a possibilidade de discussão de grupo
969 já no dia 05. Essa é nossa proposição. Muito obrigado.

970 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
971 Cheida):- Eu que agradeço. Vou procurar conversar com o COI, que é o Comitê
972 Gestor dessa Conferência, mas acho muito plausível a sua colocação.

973 O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Último inscrito,
974 Conselheiro Tarcísio do IAP. Esclarecer à Vânia que tentamos o agendamento,
975 mas não deu porque o procurador estava de férias. Vamos tentar o
976 reagendamento.

977 O Sr. Conselheiro Luis Tarcisio Mossato Pinto (Presidente do IAP):- Boa
978 tarde a todos os Conselheiros. Queria fazer três colocações. A primeira é sobre o
979 questionamento do FEMA, e gostaria de dizer que neste Governo nunca teve uma
980 transparência tão grande, o FEMA está no site do IAP, já fizemos uma

981 apresentação aqui e fico à disposição para responder qualquer indagação que
982 tenha quanto à aplicação dos recursos ou de que forma foi aplicado, dentro
983 daquela tabela que apresentamos na última reunião. Coloco-me à disposição para
984 responder qualquer questionamento que tiverem nesta linha do FEMA.

985 O segundo posicionamento é sobre a colocação do Adriano do
986 desmatamento no Estado do Paraná. Adriano, concordo com você, respeito a
987 opinião das ONG's, mas gostaria que tivessem uma informação para vocês e até
988 que coloquem isso nas próximas matérias do que foi autorizado legalmente em
989 termos de desmatamento no Estado do Paraná. Quando se fala que o Estado é o
990 quarto e que desmatou três mil hectares, temos que ver: bracatinga foi
991 autorizada? O manejo de bracatinga é de dois mil hectares no Estado do Paraná.
992 Supressão de araucária plantada foi autorizada mais de mil hectares no Estado do
993 Paraná. Então, que isso seja considerado. O que queremos acabar no Estado do
994 Paraná é com o desmatamento ilegal, aquele desmatamento que não existe
995 nenhuma possibilidade de ser autorizado ou que tenha algum processo de
996 autorização.

997 Então, este questionamento sempre rebato, sempre vou rebater porque é
998 importante colocar os dois lados.

999 O terceiro foi colocado sobre as áreas contaminadas, também posso dizer
1000 que tem um acompanhamento da Secretaria de Saúde nesta área, principalmente
1001 em se falando da pluma e de algumas outras áreas. Temos esse trabalho
1002 diariamente acompanhado pela Secretaria Estadual de Saúde onde

1003 comprovadamente não se tem nenhum dado ou nenhuma comprovação de
1004 contaminação.

1005 Então, quero deixar claro para vocês que estamos com olhos muito
1006 grandes em cima dessas áreas para realmente ter o monitoramento e fazer um
1007 posicionamento correto em cima. Estamos à disposição para discussão, a
1008 apreciação de qualquer documento assim como foi feito na reunião do
1009 CONAMA, tanto na apresentação ao Secretário ou ao Presidente do IAP, para
1010 que possamos discutir. Obrigado.

1011 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
1012 Cheida):- Adriano, vou me permitir não lhe facultar a palavra, porque senão
1013 vamos fazer um debate aqui, aliás poderíamos até constar como ponto de pauta
1014 numa próxima reunião do Conselho, com tempo, para debatermos esta questão de
1015 desmatamento. Seria muito oportuno.

1016 Vou passar a palavra à Conselheira Gislene, só para um complemento,
1017 senão vamos abrir uma discussão.

1018 A Sra. Conselheira Gislene Lessa (ITCG):- É só uma questão técnica,
1019 porque achamos os dados, está no site, comparamos com os dados que nós
1020 temos. Então, é uma questão de escala de trabalho, de metodologia. Ao
1021 confrontarmos com aquela que gerou possivelmente os dados de qual era a área
1022 efetivamente de vegetação do Estado, são muitas áreas pequenas que não são
1023 computadas. Então, eu acho que é um assunto que tem que ser melhor visto, claro
1024 fazem essas publicações anuais, mas esse dado em particular a gente buscou e
1025 confrontou com dados que temos, inclusive alguns com imagens, e são muitos

1026 fragmentos consideráveis, mais de um hectare, que não estão contados. Então, há
1027 controvérsia em relação a de fato ter...

1028 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Luiz Eduardo
1029 Cheida):- Acho que isso até reforça a necessidade de abirmos uma conversa, um
1030 debate no CEMA e vou pautar para a próxima reunião.

1031 Dito isso, gostaria de agradecer a presença de todos os Conselheiros,
1032 considerar que vencemos duas questões que eram pendentes e muito importantes
1033 sobre a política de resíduos sólidos e sobre a educação ambiental. Neste
1034 particular, neste último, o Paraná dá um exemplo extraordinário, claro que nunca
1035 é o ideal, mas vamos, a partir daí, com experiência própria, a partir do ano que
1036 vem, quem sabe estar nos preparando para fazermos aquilo que está se chamando
1037 de alfabetização ambiental, que é um dos temas hoje mais debatidos
1038 mundialmente. Muito obrigado a todos, e até o dia 27 próximo, portanto.

1039 Está encerrada a reunião, com a presença também do Sr. Francisco
1040 Stahlschmidt Júnior, da Associação Brasileira das Empresas de Reciclagem que
1041 solicitou o registro de seu nome em ATA.

1042